



Resolução do Secretariado Nacional da UGT

Lisboa, 27 de junho de 2024

BRUXELAS RECONHECE FIM DOS DESEQUILÍBRIOS MACROECONÓMICOS EM PORTUGAL.

É FUNDAMENTAL APROFUNDAR A ESTRATÉGIA DE REFORÇO DOS SALÁRIOS, RENDIMENTOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO.

A Comissão Europeia retirou Portugal da lista de Estados-membros com desequilíbrios macroeconómicos excessivos.

Após anos de alertas, mas também após anos em que a trajectória de Portugal revelava estarmos no caminho da consolidação orçamental, tendo saído do Procedimento por Défices Excessivos em 2017, é reafirmado o que a UGT sempre afirmou que era não apenas possível, mas imperioso.

O crescimento económico, o aumento da competitividade (com Portugal a ser noticiado como tendo ultrapassado a Espanha no ranking do IMD International Institute for Management Development - World Competitiveness Center) e elevados níveis de emprego não são incompatíveis, antes beneficiam, de um contexto de dignificação do trabalho e de aumentos salariais reais e significativos.

O crescimento económico acima da média da UE e a passagem a uma situação de excedente orçamental são indicadores de que é necessário prosseguir com a trajectória que o Acordo de Médio prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade veio corporizar.

Os relatórios e as recomendações do Semestre Europeu devem reflectir, de forma mais clara, o que as organizações internacionais reconhecem já há algum tempo.

Não deixamos de ter sinais preocupantes no nosso mercado de trabalho, reconhecemos que parte do desempenho das contas públicas se deveu a uma elevada carga fiscal, sobretudo sobre quem trabalha, e seguimos atentamente a situação dos nossos parceiros europeus, nomeadamente quando países como a França, a Itália ou a Polónia irão ver abertos procedimentos por défices excessivos.

Não deixamos de defender que a consolidação orçamental, a manutenção de uma redução sustentada do défice e da dívida, são essenciais para um país economicamente mais sustentável e socialmente mais justo.

Mas nem as instituições europeias devem esquecer os progressos realizados, aplicando as suas fórmulas sacramentais de forma cega a todos os países e esquecendo os impactos das suas decisões nos cidadãos europeus, como não pode o Governo português fechar os olhos aos problemas vivenciados.

A UGT saudou o acordo dos professores, que possibilitou a recuperação do tempo de serviço congelado, repondo justiça onde ela não existia há muitos anos.

A UGT tem registado os planos apresentados – e que espera que se concretizem em medidas a serem implementadas – para áreas fundamentais, como a Saúde, ou para a resolução de problemas prementes, como a Habitação.

A UGT partilha das preocupações de Bruxelas sobre a prioridade económica e social que deve constituir a execução do PRR, apesar de continuarmos bem colocados no panorama europeu.

Mas é necessário ir mais longe.

É necessário reforçar o olhar sobre as necessidades de quem trabalha e, aqui, não deixámos de considerar que as propostas em sede de redução fiscal ficaram aquém do desejado e aquém das expectativas geradas por votos de um “choque” fiscal.

E, num momento em que realizamos o seu balanço em sede de Concertação Social, a UGT reafirma a importância do Acordo de Médio prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, como aliás do Acordo Plurianual da Administração Pública.

As premissas iniciais de reforço salarial em contexto de crise e de correcção das desigualdades e insuficiências na distribuição de riqueza das últimas décadas permanecem válidas.

Os objectivos ainda não estão cumpridos. Ainda não convergimos com a UE - de forma sólida - no peso dos salários na riqueza gerada e estamos a meio caminho de uma meta de crescimento de 20% dos salários até 2026.

Não é o regresso a reformas laborais constantes que irá potenciar a economia e a dinamização da negociação colectiva.

Não é o abrandamento do ritmo de aumento do salário mínimo e dos demais salários, sempre uma tentação à medida que a inflação desacelera, que irá potenciar o crescimento económico e a competitividade.

É a manutenção e o aprofundamento de uma estratégia - de que os Acordos assinados são parte fundamental - e que tem dado resultados, visíveis até para as sempre cétricas instituições europeias.

A UGT está, como sempre esteve, aberta para discutir, visitar e actualizar o Acordo de Médio Prazo, conforme estabelecido desde a primeira hora.

Os demais parceiros sociais subscritores têm reiterado o seu compromisso com o Acordo, o que saudamos.

Verificamos hoje um cenário de algum abrandamento económico, ainda que a crescer acima dos nossos parceiros europeus, e uma inflação em desaceleração.

Mas não podemos deixar de registar que 2023 excedeu, nesses indicadores, os resultados que sempre se anteciparam, o que não deixou de se reflectir – devido ao Acordo - nos salários, e que a nossa produtividade continua a subir, enquanto a Europa regride.

Mais, as instituições internacionais estão a rever em alta as expectativas de crescimento para a Zona Euro e para a Europa, com uma tendência de recuperação que não deixará de beneficiar Portugal.

Temos assim condições para reforçar as metas, indicadores e referenciais do Acordo firmado em CPCs.

Temos condições para cumprir e reforçar os objectivos de correcção da não distribuição da riqueza verificada no passado e para acelerar a trajectória de convergência com a UE.

E temos condições para uma negociação com a confiança política dada, mais uma vez, em sede de Concertação Social, com a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a deixar clara a vontade deste Governo de, na ausência de novos compromissos, respeitar plenamente os acordos tripartidos existentes.

UGT SAÚDA A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PROJECTO-PILOTO “SEMANA DE 4 DIAS EM PORTUGAL”

A UGT saúda a apresentação do Relatório Final do Projecto-Piloto da Semana de 4 dias, que ocorre hoje, dia 27 de Junho de 2024.

Uma Semana de 4 dias - concebível apenas no modelo proposto, com redução da jornada de trabalho e sem redução de salário – indiciou ter já, por via da experiência realizada e apesar das limitações da mesma (universo reduzido, aplicação apenas ao sector privado), muitas das virtualidades que lhe eram atribuídas e permitiu até, de forma porventura menos esperada, constatar a sua maior abrangência potencial a um alargado conjunto de sectores.

Aumentos de produtividade, benefícios para uma mais efectiva conciliação entre as vidas familiar, pessoal e profissional, elevadas perceções de bem-estar laboral são factores que, associados a uma redução da jornada de trabalho, dão um contributo significativo para a dignificação do trabalho, sobretudo num contexto de acelerada mudança, de rápidas transições e de uma elevação crescente dos ritmos de trabalho.

Para a UGT, este estudo pode e deve constituir um ponto de partida para uma discussão sobre esta e outras matérias relativas à organização e duração do tempo de trabalho, incluindo a redução da jornada de trabalho.

Uma discussão que se deve verificar, de forma tripartida, em sede de Concertação Social, mas igualmente, e em primeira linha, em sede de negociação colectiva, enquanto meio mais adequado para garantir a maior adequação da experiência adquirida às realidades específicas de sectores e empresas.

LIVRO VERDE SOBRE O FUTURO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. POR LUGARES DE TRABALHO SEGUROS E SAUDÁVEIS.

O Livro Verde sobre o Futuro da Segurança e Saúde no Trabalho foi objecto de apresentação na reunião de Concertação Social de 26 de Junho de 2024.

Não podemos deixar de reforçar a importância que conferimos a esta iniciativa, promovida pelo anterior Governo, de proceder à elaboração de um Livro Verde do Futuro da SST, necessidade que indiscutivelmente se impõe pelos desafios colocados pelo progresso tecnológico e pelo evidente impacto das novas formas de prestação e organização de trabalho.

É indiscutível que o trabalho e os locais de trabalho estão em constante mudança, trazendo profundas alterações na forma como o trabalho é organizado. A digitalização, a globalização, as mudanças demográficas, as alterações ambientais e climáticas têm um impacto profundo na sociedade e no mercado de trabalho.

Igualmente a UGT se revê nesta necessidade imperativa de *“olhar para o futuro”*, na medida em que, além de continuarmos a reivindicar a implementação de políticas efetivas de Segurança e Saúde nas empresas e nos locais de trabalho e de continuarmos a reforçar a ação dos nossos sindicatos nesta matéria, temos necessariamente de continuar a promover, junto das nossas estruturas, das trabalhadoras e trabalhadores, uma reflexão profunda sobre os efeitos da introdução crescente de novas tecnologias e das novas formas de trabalho nas condições de Segurança e Saúde no Trabalho.

A UGT está certa desta necessidade de ser apresentado um diagnóstico sobre pontos estruturantes que carecem de clara intervenção e da necessidade do sistema nacional de prevenção de riscos profissionais seja dotado de capacidade de resposta para fazer face aos desafios emergentes, tendo em vista a promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

É nossa expectativa que este Livro Verde trilhe esse caminho e que venha contribuir para a garantia do princípio fundamental de todas as trabalhadoras e trabalhadores terem um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Esperamos que as medidas e recomendações sinalizadas venham contribuir para a redução consistente dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, por via de uma maior eficácia das políticas públicas e do desenvolvimento de mecanismos efectivos de planeamento e gestão da SST nas organizações e em que o diálogo tripartido continue a ser uma premissa fundamental na promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

Nesse sentido, a UGT considera muito positiva a decisão de criação de um grupo de trabalho tripartido em sede de concertação social, assumida na reunião de 26 de Junho, com vista à discussão do Livro Verde e sobre os caminhos e recomendações nele apontados, enquanto base para a construção de futuros compromissos.

UGT SAÚDA A ELEIÇÃO DO NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

No passado dia 21 de Junho, foi eleito na Assembleia da República o Dr. Luís Pais Antunes como novo Presidente do Conselho Económico e Social.

A UGT não pode deixar de saudar a sua eleição, fortemente fundada na sua experiência e conhecimento, atento o exercício de funções diversas, desde a de governante com papel relevante no diálogo social tripartido até à de arbitro-presidente nas arbitragens realizadas no âmbito do CES.

A UGT está certa que este será um mandato pautado pelas marcas distintivas que revelou no passado: o profundo conhecimento da realidade do Conselho Económico e Social e o pleno respeito pelas competências e autonomia da Comissão Permanente de Concertação Social.

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT

Lisboa, 27 de junho de 2024